

# AS BASES TEÓRICO-IDEOLÓGICAS NORTEADORAS DAS AÇÕES COLETIVAS DO MST

*Miguel Ângelo Lazzaretti<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo mostrar e compreender os princípios teórico-ideológicos seguidos pelo MST e como esses princípios erigiram uma ideologia radicalmente revolucionária dentro do movimento. É de todos conhecido que as obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Karl Kautsky e o legado revolucionário teórico-prático de Ernesto Guevara Sierna são as fontes teóricas inspiradoras do MST. No entanto, achamos necessário expor os problemas levantados por estes pensadores no que diz respeito ao papel do camponês na sociedade capitalista. Nesta perspectiva, o que nos interessa é desenvolver a visão de ambos os autores sobre o campesinato e seu papel revolucionário e como essas ideias são encampadas pelo MST.

**Palavras-chave:** Ideologia; MST; Teoria.

**Abstract:** This article aims to show and understand the theoretical and ideological principles followed by the MST and how these principles erected a radically revolutionary ideology within the movement. Everyone know that the research of Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Karl Kautsky and the theoretical and practical revolutionary legacy of Ernesto Guevara Sierna are sources of inspiration of the MST. However, it is necessary to explain the problems raised by these thinkers with regard to the peasant's role in capitalist society. In this perspective, we are interested in developing the vision of both authors about the peasantry and the revolutionary role and how these ideas are incorporated by the MST.

**Keywords:** Ideology; MST; Theory.

## Introdução

O MST é um movimento com uma ação centrada em bases teóricas e ideológicas alicerçadas no marxismo-leninismo. Sua forma de agir procura não se basear em espontaneísmos gratuitos tanto no pensamento quanto na ação, e que possam estar fora do controle do movimento e da ideologia adotada. Cada ato, cada fala, cada gesto é sempre orientado como um meio para atingir o fim maior, que é a revolução e o socialismo.

Neste sentido, a ideia que iremos mostrar e desenvolver neste artigo são os princípios teórico-ideológicos seguidos pelo MST e como esses princípios erigiram uma ideologia radicalmente revolucionária dentro do movimento. É de todos conhecido que as obras de Karl Marx e Vladimir Lênin são as fontes teóricas inspiradoras do MST. No entanto, achamos necessário expor os problemas levantados por estes pensadores no que diz respeito ao papel do camponês na sociedade capitalista. O que nos interessa é compreender a visão de ambos os autores sobre o campesinato e seu papel revolucionário. Neste mesmo caminho e na esteira de Marx, entendemos que visualizar a compreensão de outros marxistas como Friedrich Engels e Karl Kautsky, que os quais discutiram o papel do campesinato no capitalismo, é de suma importância para quem quer entender os escritos e as tendências organizativas do MST.

Por outro lado, temporalmente mais contemporâneo e também de suma importância é a forte influência do ideal revolucionário do pensamento de Che Guevara ao movimento. Por isso, faz-se

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

necessário para entender um pouco da prática do MST conhecermos como o pensamento de Che Guevara está presente de forma importante nos documentos do movimento, refletindo-se nos comportamentos diários de sua militância.

## 1 Marx, Engels, Kautsky e os camponeses

Considerando que estamos analisando um movimento social, no caso camponês, a visão de Marx sobre o assunto e o papel que deveria desempenhar este estrato da sociedade na transformação social é de suma importância para que possamos compreender o tipo de visão que possui o MST na sua trajetória histórica em defesa da revolução e do socialismo. A visão de Marx, Engels e de Kautsky sobre o assunto, bem como, posteriormente, a de Lênin, são as mais importantes em termos da formação ideológica do MST.

De acordo com o MST (1999), o marxismo nada mais é que a ciência da história em desenvolvimento. Para o movimento, falar do marxismo “significa dizer que o marxismo é uma ciência inesgotável, que se alimenta da própria realidade”. E mais,

É preciso entender, porém, que as condições objetivas da realidade não são somente o desenvolvimento das forças materiais, mesmo os elementos subjetivos (organização, consciência) se tornam objetivos, pois estes precisam se tornar concretos para que a transformação aconteça. Sendo assim, o marxismo não é sinônimo de afastamento da realidade representada pela cultura, religião arte, língua, costumes, etc. Tudo isto faz parte da vida objetiva da sociedade e constitui a consciência social do povo (MST, 1999, p. 46).

Segundo Marx na obra *História Crítica de la Teoría de la Plusvalía* (1945),

[...] os proprietários da simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda do solo, isto é, os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção. (MARX, 1945 apud CASTRO; DIAS, 1981, p. 184).

Nota-se que existiria, na concepção de Marx, duas classes capitalistas, a saber, uma que vive da exploração da força de trabalho urbana, a classe industrial, e outra que vive da exploração do trabalho e da renda da terra no meio rural, a latifundiária. A terceira classe são os assalariados que vendem sua força de trabalho em troca de um salário para se reproduzirem socialmente. E os camponeses não aparecem como classe, pois deveriam ser aliados naturais de classe do operariado urbano.

Sendo assim, e acreditando na existência destas três classes sociais, a grande discussão feita por Marx a respeito do campesinato encontra-se na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852. Nesta obra, Marx nos mostra o papel político desempenhado pelo campesinato naquele momento e a caracterização de sua situação econômica sobre os fatos que marcaram a luta de classe na França até o golpe de Estado de Luís Bonaparte:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus

interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe (MARX, 1985, p. 277).

Para Marx, então, os camponeses não são uma classe, mas são aliados naturais do proletariado urbano. Os camponeses, segundo ele, viviam arruinados por dívidas e hipotecas e, nesta situação, foram transformados em “trogloditas”, pois “a ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-a no caldeirão alquimista do capital.” (Ibidem, p. 280).

Desta forma, continua Marx, “a pequena propriedade não mais está abrangida no que se chama pátria, e sim no registro das hipotecas”. Isto fez com que o próprio exército francês fosse composto pelo que Marx chamava de “flor do pântano do lumpen-proletariado<sup>2</sup> camponês” (MARX, 1985, p. 282).

Esta abordagem de Marx sobre o camponês na obra *O 18 Brumário* é, segundo Abramovay (1998), carregada de um profundo ceticismo. Segundo o autor,

Naquilo que os economistas clássicos viam a expressão mesma da evolução da humanidade, o desenvolvimento do comércio, Marx enxerga o drama da socialidade e consequentemente da personalidade fragmentada, alienada, tanto mais distante de si mesma e dos outros homens quanto mais próxima deles através deste vínculo desnorteador que é o mercado. (ABRAMOVAY, 1998, p. 33).

Ou seja, neste desenrolar da tragédia, continua Abramovay, e sob este prisma, nada mais lógico que os camponeses, quando mencionados, apareçam como espécies fatalmente condenadas à diferenciação e, consequentemente, à eliminação social.

[...] o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado. (MARX apud ABRAMOVAY, 1998, p. 35).

Para Abramovay (1998) e Malagodi (1993), do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, mas campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Abramovay argumenta que:

A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n<sup>o</sup> Capital é logicamente impossível. A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx<sup>3</sup> (ABRAMOVAY, 1998, p. 35-36).

Se o campesinato era um grupo de bárbaros para Marx até uma etapa de suas análises sobre o capitalismo, nas cartas endereçadas à revolucionária russa Vera Zasúlich, este via uma perspectiva diferente e hegemônica do campesinato na Rússia, ou seja, como importante ator na desintegração do Tzarismo e com um papel fundamental na revolução. Marx dizia que “desta vez, a revolução vai

---

<sup>2</sup> O exército, segundo Marx, era composto, em grande parte, de *remplaçants*, ou seja, aquele que, antigamente, na França e na Bélgica, substituía os jovens recrutados pelo exército.

<sup>3</sup> Ainda segundo Abramovay (1998, p. 35), “é impossível encontrar na estrutura d'O Capital um conceito de camponês... o campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo das categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”.

começar no Leste, que foi, até agora, a fortaleza inquebrantável e o exército de reserva da contrarrevolução” (MARX apud ABRAMOVAY, 1998, p. 39). A comunidade camponesa ou MIR (comunidade territorial com governo próprio e a principal proprietária legal das terras possuídas ou utilizadas por suas unidades domésticas), era vista por Marx como a única que se havia conservado em escala nacional até aqueles dias. Assim, Marx via no MIR a passagem de um modo de produção individualista para um coletivo: “por un lado la propiedad comum da la tierra le permite transformar directa y gradualmente la agricultura parcelaria e individualista em agricultura colectiva...” (MARX; ENGELS, 1980, p. 37).

Desta forma, Marx chega a seguinte conclusão em uma carta à Vera Zasúlich, de 8 de março de 1881:

Los estudios especiales que he hecho de ella, y cuyos materiales he buscado en las fuentes originales me han (llevado a este resultado) convencido de que esta comuna es el punto (de partida) de apoyo natural de la regeneración social emn Rusia (para la regeneración de la sociedad rusa). Pero (claro está, hay que empezar por ponerla em condiciones...) a fin de que pueda funcionar como tal, sería preciso eliminar primero las influencias deletéreas que por todas partes la acosan, y a continuación asegurarle las condiciones de un desarrollo espontáneo (MARX; ENGELS, 1980, p. 59).

A conclusão a que Marx vai chegar é que a organização da Comuna Camponesa na Rússia era o sinal de uma revolução operária no ocidente e que ambas se completavam, e ainda, que a propriedade comum podia ser o ponto de partida de uma evolução comunista.

Ao assinalar esta visão de Marx sobre os camponeses, é importante observar que ela não vem de encontro somente a uma visão negativa que o autor tinha destes enquanto classe. Para Marx, a expressão da propriedade privada se encontra aliada à propriedade fundiária que, em contraponto à propriedade camponesa, esta última apresenta-se como decadente e perdendo espaço tanto em relação à grande propriedade como ao capital (MALAGODI, 1993).

De acordo com Shanin (pud ARCHETTI, 1981), os camponeses, na obra de Marx, pertencem aos tempos antigos e medievais nos Gundrisse, ao passado mais imediato da Inglaterra em *O Capital*, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em países de maioria camponesa.

Nesse sentido, a verdadeira preocupação de Marx, de acordo com Lowy (1997), era em relação ao esgotamento da natureza pelo capital e a consequente destruição do “ser” dos camponeses:

Cada progreso da agricultura capitalista é um progreso não somente da arte de explorar o trabalhador, mas ainda na arte de espoliar o solo; cada progreso na arte de aumentar sua fertilidade por um tempo, um progreso na ruína de suas fontes duráveis de fertilidade. Mais um país, os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, se desenvolve com base na grande indústria, mais este processo de destruição se realiza rapidamente. A produção capitalista apenas desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social esgotando ao mesmo tempo as duas fontes de onde brota toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, apud LOWY, 1997, p. 27).

Em suma, o pensamento de Marx foi revolucionário e continua a influenciar inúmeros movimentos que lutam pela igualdade e pela liberdade na sociedade capitalista. E a crítica de Marx e do marxismo ao capitalismo pretende, segundo Giannotti (2000), superar as ciências positivas, que as quais se imaginam isentas de juízos de valores e que, pelo contrário, seu pensamento rejeita a mera justaposição da moral à ciência, procurando descobrir no âmago da racionalidade capitalista aquele empuxo capaz de transformá-la por dentro e por inteiro e, desse modo, pavimentar um caminho para emancipar o gênero humano desse vale de lágrimas.

Esse vetor revolucionário, fundindo teoria e prática, enuncia-se lapidarmente na décima primeira tese sobre Feuerbach: ‘os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo’. Cumpre não esquecer que o marxismo como movimento teórico-prático se inicia com um manifesto, responsabiliza a luta de classes pelo devir da história e interpreta esse conflito, a partir do século XVIII, como a contradição entre capital e trabalho que deveria de se resolver conforme os polos, acirrados pelo combate contínuo, se tornassem tão simples e puros que o lado negativo, o proletariado, nada tendo a perder a não ser suas próprias cadeias, terminasse sabendo exercer o positivo inscrito em sua negatividade. A contradição se resolveria inaugurando, de certo modo necessário, novo estágio da humanidade, graças a ‘uma luta que cada vez termina com a transformação de toda a sociedade ou a derrubada de todas as classes em luta’ (MKP,4,462). Em suma, o comunismo anunciaria a verdade da luta de classes, processo de superar os conflitos passados a fim de desenhar aquela totalidade que configura uma história universal a englobar na sua presença a arquitetura do passado (GIANNOTTI, 2000, p. 9-10).

Sendo assim, caminhando na mesma esteira de Marx, outro marxista, e coautor de Marx, Friedrich Engels, vai tecer consideráveis elaborações a respeito do camponês. Na obra *O problema Camponês na França e na Alemanha*, publicada em 1894/1895, Engels vai traçar um diagnóstico marxista a respeito do problema camponês na França e na Alemanha. Começa dizendo que o camponês só se tem manifestado como fator de poder político através de sua apatia, cuja origem está em seu isolamento da vida real. E essa apatia é o apoio com que contam a burguesia corrupta de Paris, Roma e os déspotas da Rússia.

Para Engels, o desenvolvimento do modo capitalista de produção matou o nervo vital da pequena exploração na agricultura, que decaiu e marcha, irremediavelmente, para a ruína. Neste sentido, Engels colocava a importância do partido socialista na luta pelo poder político em ir ao campo e transformar-se ali numa potência. O papel do partido seria mostrar “o lobo que se esconde sob a pele de cordeiro do grande latifundiário disfarçado de amigo dos camponeses” (ENGELS, 1985, p. 226).

Sendo assim, o camponês era visto por Engels em condições cada vez mais difíceis:

Os impostos, as colheitas ruins, as partilhas de heranças, os litígios atiram os camponeses, um após outro, nos braços do usurário; com isso, as dívidas alastram-se cada vez mais e cada camponês individual se vê progressivamente submerso por elas. Em resumo, nosso pequeno camponês, como todo resto de um modo de produção já caduco, está irremediavelmente condenado a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário (ENGELS, 1985, p. 228).

Para Engels, nessa situação, o camponês deveria interessar-se pela propaganda socialista, mas não é o que acontece. O que o impede de aliar-se aos defensores dos trabalhadores é o instinto de propriedade que trazem no sangue. De acordo com Engels, quanto mais difícil se torna a luta por seu pedaço de terra ameaçado, tanto mais violento é o desespero que se aferra a ele.

Nota-se que a posição de Engels é levada ao pé da letra pelo MST (mais do que as posições de Marx) em suas cartilhas, principalmente na maneira como o movimento defende a orientação de a propriedade parcelar para a propriedade coletiva, pois, de acordo com Engels, a missão dos socialistas é de orientar “face aos pequenos camponeses, a sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo [...]” (ENGELS, 1985, p. 237).

A ideia de Engels era a de que, por conta da coletividade, os camponeses repartiriam os frutos do trabalho proporcionalmente às terras trazidas ao fundo comum, ao dinheiro fornecido antecipadamente e ao trabalho com que tiverem contribuído. Da aplicação desta ideia, resultaria, segundo o autor, o emprego comum das parcelas e o cultivo em grande escala da área total, tendo sobras de uma parte das forças de trabalho que, antes, se utilizavam ali. Esta economia de trabalho, conclui, constitui precisamente uma das principais vantagens da grande lavoura. Enfaticamente, diz Engels (1985):

Em tudo isso, o fundamental, hoje e em qualquer época, é que os camponeses compreendam que só poderemos salvá-los e conservar em suas mãos a posse de sua casa e de suas terras, através de sua transformação em propriedade e exploração coletivas. É precisamente a exploração em bases individuais, condicionada pela propriedade individual, que leva a ruína os camponeses. Se se aferrarem a essa exploração individual, serão inevitavelmente desalojados de suas casas e de suas terras – e seu modo antiquado de produção será substituído pela grande exploração capitalista. Assim se apresenta o problema: aparecemos nós e oferecemos aos camponeses a possibilidade de implantarem, por sua própria iniciativa, a grande exploração – não para servir aos capitalistas, e sim para servir a seus próprios interesses, isto é, coletivamente (ENGELS, 1985, p. 238).

Para Engels, jamais os socialistas poderiam prometer aos camponeses a manutenção da propriedade individual e da exploração individual da terra, face à arremetida avassaladora da produção capitalista. Então, o dever do partido socialista era de mostrar aos camponeses, constante e incansavelmente, que, enquanto o capitalismo dominar, sua situação continuará a ser absolutamente desesperadora:

Convencê-los da absoluta impossibilidade de conservar sua propriedade parcelar, como tal: infundir-lhes a certeza absoluta de que a produção capitalista passará por cima de sua antiquada e impotente pequena exploração, da mesma forma que um trem passa por cima de um pequeno carro de mão. Se assim agirmos, estaremos trabalhando no sentido da evolução econômica inevitável – e esta se encarregará de fazer com que os pequenos camponeses prestem ouvidos a nossas palavras (ENGELS, 1985, p. 239).

Os camponeses acomodados e que sucumbem às pressões e vontades capitalistas (grandes e médios camponeses) serão fatalmente subjugados ante a concorrência das grandes fazendas capitalistas e da produção, a baixo preço. Contra essa decadência, afirma Engels (1985),

[...] só podemos indicar um caminho: a reunião dessas economias em fazendas cooperativas, nas quais a exploração do trabalho assalariado será eliminada, progressivamente, a fim de poder convertê-las, pouco a pouco, em ramos iguais em direitos e deveres à grande cooperativa nacional de produção. (ENGELS, 1985, p. 240-241).

De acordo com o autor, era importante que esses camponeses compreendessem que era inevitável o desaparecimento de seu modo de produção e se dessem conta das consequências que daí decorreriam, e que, portanto, viessem para o lado dos socialistas, pois estes tratariam de facilitar suas vidas por meio da passagem a um novo modo de produção<sup>4</sup>.

Marx e Engels falavam em produção coletiva com propriedade coletiva, ao passo que a realidade dos assentamentos é propriedade individual e familiar e a proposta do MST é a produção coletiva. Como entender isso?

Para Marx e Engels, a realização do homem só é possível através da atividade produtiva e no tipo de atividade produtiva reside todo caráter da espécie. Ou seja, a realização do homem só é possível na medida em que este vê no trabalho a expressão da vida. Por isso, o trabalho para Marx e Engels deve ser visto como uma atividade e não como uma mercadoria. Empregaram a expressão “emancipação do trabalho” para mostrar que o trabalho, em primeiro lugar, é um processo de que participam, igualmente, homem e natureza e no qual o homem, espontaneamente, inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Desta forma, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo modifica-se a si mesmo, ou seja, sua natureza.

A crítica de Marx e Engels ao capitalismo não é apenas na injustiça da distribuição da riqueza, mas também na perversão do trabalho, que se converte em trabalho forçado, alienado, sem sentido

---

<sup>4</sup> Esta posição socialista de coletivização dos meios de produção e do trabalho está profundamente arraigada nas ideias do MST. Está é, segundo nossa leitura, a principal marca do marxismo neste movimento.

para o homem. Por isso, lutaram até o fim de suas vidas pela abolição completa da sujeição do homem a uma única ocupação.

Para o MST, a evolução do trabalho individual nos assentamentos para o trabalho e produção coletivos é a forma de mudar as relações sociais fazendo com que, num sistema de cooperação, os assentados percebam-se como uma força somando-se à de outras para contribuir na construção de uma nova sociedade. A superação desta condição individualista no trabalho só se dá, segundo o movimento, pela compreensão dos vícios históricos da produção capitalista: “Para atacar estes vícios, é necessário utilizar formas participativas que possibilitem ir resolvendo aos poucos sem perder os companheiros” (MST, 2005, p. 148).

Resta ao movimento compreender que, antes de sua utopia socialista, existe a realidade histórica. Isto significa dizer que a tradição histórica do campesinato brasileiro e/ou dos agricultores familiares é a da produção individual familiar, como nos alerta Wanderley (1996). O grande desafio do MST diz respeito a este descompasso entre o que pretende sua direção e o que pretendem os assentados. Ou seja, como já alertamos em outro estudo (LAZZARETTI, 2003), o MST precisaria repensar a sua ideologia, tendo por base a cultura das famílias que não possuem os mesmos valores que os da direção.

Outro marxista que privilegiou a discussão dos problemas agrários de sua época e que, de certa forma, concentrou-se, segundo Abramovay (1998), mais nas relações entre agricultura e indústria, ou seja, na ideia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, foi Karl Kautsky.

Em sua obra *A Questão Agrária*<sup>5</sup>, de 1899, Kautsky discorreu várias páginas para demonstrar, da mesma maneira que Engels, a necessidade da cooperação camponesa. O autor dizia que o camponês tem no seu sangue um “fanatismo da propriedade”, e que isso definia um fato bem conhecido: “o camponês ainda está mais preso à sua parcela do que o artesão à sua tenda. Quanto mais a população aumenta e se disputa o solo, tanto mais obstinadamente ele se apega ao seu pedaço de terra” (KAUSTSKY, 1980, p. 148).

Segundo Kautsky (1980), o que impede o camponês de cooperar-se é a desconfiança em função de sua própria situação, ou seja, as condições de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos neste as virtudes sociais. Por isso, diz que seria vã a tentativa de fundar-se uma sociedade de produção agrícola em que os participantes não apenas trocassem as respectivas parcelas, mas a cedessem à comunidade, coisa, aliás, que não poderia ser imposta aos recalcitrantes.

Unicamente aqueles que só têm a perder os seus grilhões, unicamente os elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, podem estabelecer a produção cooperativa. Nelas a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu virtudes sociais, a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei (KAUSTSKY, 1980, p. 148).

No entanto, apesar das dificuldades impostas pela cultura camponesa que tem arraigada em sua mente a propriedade privada, resta um trabalho lento e difícil para poder passar da exploração artesanal ou camponesa à grande exploração cooperativa. Para Kautsky, será feita – por intermédio dos que não possuem – a passagem à produção cooperativa. Isto significa

Que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses – não apenas idealmente, como hoje, mas de fato – à grande produção cooperativa... depois que as cooperativas

---

<sup>5</sup> De acordo com Abramovay (1998), esta obra de Kautsky, um clássico, já foi vista como o livro IV d'O Capital. Por isso, apresentamos o autor d' *A Questão Agrária*, que também, de certa forma, marcou o pensamento do MST.

socialistas (porque então não se poderá falar de cooperativas proletárias) tenham demonstrado sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho a uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer (KAUTSKY, 1980, p. 149).

Em suma, Kautsky não acreditava que o camponês pudesse, na sociedade capitalista, passar à produção cooperativa. Mas isto, segundo ele, não significava, simplesmente, que a cooperação não poderia ser um meio para o camponês, no regime capitalista, de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade, esta coluna, diz ele, vacilante da sociedade contemporânea. Desta forma, continua Kautsky, compreendendo que só poderá se salvar por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Então, completa Kautsky, ela será socialista (KAUSTKY, 1980).

De acordo com Fabrini (2002), se os autores marxistas e o próprio Marx, por um lado, não veem possibilidades de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalistas, por outro, apontam o princípio do desenvolvimento desigual e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência.

Neste sentido, veremos em Lênin um autor comprometido com a luta proletária no interior das relações capitalistas de produção e com o papel do campesinato. A inserção de Lênin nesta discussão faz-se importante porque, além de marcar teoricamente o pensamento vanguardista do MST, ele esforçou-se em querer demonstrar que o campesinato encontrava-se em um conjunto de forças heterogêneas dentro do quadro do mundo rural de sua época.

## 2 As ideias de Lênin e sua visão sobre o campesinato

Leninismo é o nome dado à doutrina defendida pelo russo Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lênin, que procurou adaptar a teoria marxista do século XIX à nova realidade do século XX.

Karl Marx defendia a revolução armada do operariado contra a burguesia, a tomada do poder e a construção de uma sociedade socialista. Marx dizia que isto só seria possível em um país onde o capitalismo já estivesse em um estágio avançado e onde o operariado, trabalhadores da indústria, tivesse uma mentalidade revolucionária. Lênin adapta estas teorias para a realidade da Rússia, um país agrícola, com vestígios de um sistema feudal e, segundo a perspectiva de Marx, sem as condições objetivas de ter uma consciência revolucionária. Lênin afirmava que a revolução pode ser possível em países atrasados e agrícolas através da união dos trabalhadores da cidade e do campo e através da teoria da vanguarda do partido comunista. De acordo com essa teoria, o partido seria o responsável por tomar frente do processo revolucionário e guiar o povo para a revolução.

Lênin era um pensador e um teórico que se preocupava, sobretudo, com as conexões entre teoria e prática, sendo que o centro de suas reflexões se dava em torno do partido como mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas. Em síntese, destacava o papel do partido enquanto vanguarda revolucionária e a importância do centralismo democrático para o sucesso da revolução.

Neste sentido, Lênin chama a atenção para a importância da organização e da unidade ideológica e revolucionária do movimento de massas:

O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder, a organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado sob um trabalho servil para o capital, rejeitado constantemente nos 'bas-fonds' da miséria negra, de uma incultura selvagem e da degenerescência, o proletariado pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente,



uma força invencível por esta simples razão de que sua unidade ideológica, baseada sobre os princípios do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização que agrupa os milhões de trabalhadores num exército da classe operária (LÊNIN, 1975, p. 248).

Preocupado com os resultados revolucionários dos movimentos sociais que transcorriam na Rússia de seu tempo, Lênin dizia que a consciência socialista não surge espontaneamente do seio do movimento operário sindical. Ela depende de um conhecimento da totalidade social, conhecimento este que não aparece espontaneamente na massa. O conhecimento revolucionário gerado de fora é trazido para a massa proletária pela vanguarda do partido, responsável pelo desencadear da consciência política socialista do proletário (SCHERER-WARREN, 1984).

Na obra *Que Fazer?* (1986), escrita por Lênin, encontra-se a expressão deste conhecimento:

A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados: 1) a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social democrata; 2) a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; 3) se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população...pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporâneas, conhecimento na apenas teórico, como fundamentado na experiência da vida política....Para tornar-se um social-democrata, o operário deve ter uma idéia clara da natureza econômica, da fisionomia política e social do grande proprietário de terras, do dignatário e do camponês, dos estudantes e do vagabundo, conhecer seus pontos fortes e fracos, saber enxergar nas fórmulas correntes e sofismas de toda espécie com que cada classe e cada camada social encobre seus apetites egoístas e sua natureza verdadeira; saber distinguir esses ou aqueles interesses que refletem as instituições e as leis, e como as refletem (LÊNIN, 1986, p. 55-56).

Para Scherer-Warren (1984), segundo Lênin, o conhecimento do agir político do conjunto das forças sociais implica, portanto, no conhecimento da totalidade das relações interclasses, bem como da posição relativa do proletariado (o seu particular) nesta totalidade. Ou seja, segundo a autora, “Lênin crê que o proletariado, nas relações restritas de seu cotidiano com o patrão, será incapaz de apreender a totalidade das relações de classe numa conjuntura determinada, razão pela qual o movimento pré-socialismo requer uma vanguarda de revolucionários profissionais” (SCHERER-WARREN, 1984, p. 45).

De acordo com Buber (1971), o êxito da revolução depende, segundo Lênin, de uma ação fortemente centralizada, e isso encerra um conteúdo o qual não se pode menosprezar:

O que falta é que se trace, continuamente, o limite entre as necessidades dessa ação e as tarefas possíveis de formação descentralizadora da sociedade (que não redundem em prejuízo da ação), entre aquilo que exige a realização da ideia e aquilo que a própria ideia exige, entre as pretensões da vida política da revolução e os direitos de uma vida socialista incipiente (BUBER, 1971, p. 126).

Esta concepção centralizadora de Lênin, segundo Buber (1971), manifesta-se como uma tendência encontrada em Marx e Engels: “concepção de um centro absoluto da doutrina e da ação, do qual partem as únicas teses válidas e as únicas ordens decisivas” (Idem, 126-128).

Esta ideia centralizadora Lênin chamava de Centralismo Democrático, fonte de inspiração para o MST. Mas, o que era o centralismo democrático leninista? O conceito foi desenvolvido por Lênin na transição dos séculos XIX-XX e exposto em duas obras fundamentais, a saber: *Que Fazer?* (1901-02) e *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás* (1904).

Numa polêmica contra o espontaneísmo e o economicismo, que limitavam o proletariado à luta por melhorias no quadro do capitalismo, Lênin defende um partido de tipo novo para disputar a liderança política da sociedade com as restantes classes e assumindo como objetivo o socialismo. Neste ponto radica a divisão da socialdemocracia russa em duas correntes: revolucionária (Bolcheviques) e reformistas (Mencheviques).

Lênin não inventou o centralismo democrático a partir de ideias abstratas ou voluntaristas. Tal como Marx, inspirou-se na organização mais avançada do capitalismo: a grande fábrica, com a sua estrutura vertical e uma disciplina da produção facilmente assimilável pelo proletariado que, com ela, se confrontava diariamente.

Para Lênin, o que, de modo espontâneo, domina a classe operária, e, por maioria de razões, as massas camponesas, é a ilusão ideológica e a inorganização prática. O proletariado só pode, portanto, conquistar o poder e constituir-se em classe dominante arrastando a totalidade das forças populares e se uma parte dos trabalhadores mais lúcidos e combativos assumir, com intelectuais inteiramente envolvidos com a causa, a tarefa de edificar um partido revolucionário apto a desempenhar um papel de vanguarda, introduzindo no movimento a necessária clareza de visão e firmeza de organização. Assim, tal partido não pode constituir-se de baixo para cima, por uma simples federação de círculos preexistentes, com as suas ilusões burguesas e o seu anarquismo de seita. Só o pode ser de cima para baixo, a partir de um sólido núcleo organizador (SÉVE, 2001).

O problema surge quando a ideia acima denota uma maioria fazendo força, enquanto uma minoria fica apenas olhando. Falam muito e nada fazem. É o que a tradição socialista costuma chamar de “centralismo burocrático”. Ou seja, alguns conseguem se instalar em posições de comando, em posições administrativas, em confortáveis gabinetes e escritórios, dão ordens, escrevem tratados, fazem teorias, enviam tudo lá de cima para que a maioria, cá embaixo, execute. Na maioria dos casos, em que o centralismo foi utilizado como forma de organização, ele se transformou em sua versão burocrática (União Soviética e Alemanha Oriental são alguns exemplos).

Voltando a Lênin e sua ideia de centralismo, a história mostrou que a concepção de centralismo democrático permaneceu, tanto que é inteiramente usada pelo MST. No entanto, não permaneceu como algo feito de cima para baixo. De acordo com Domingues (2005), na obra *O Estado e a Revolução*, de 1917, Lênin diz que a democracia dos trabalhadores tem que funcionar na base da mais ampla e intensa discussão antes de qualquer decisão. Para Domingues, as posições de Lênin mudaram. Mas na verdade, o centralismo democrático nunca foi uma fórmula rígida. Sempre foi uma maneira de combinar ampla discussão com ação unitária. Sempre levando em conta as condições concretas da realidade. Quando isso se transformou em uma fórmula, tornou-se “centralismo burocrático”.

Para exemplificar o que significa o centralismo democrático, Domingues (2005), nos cita o exemplo de outro autor marxista que abordou o assunto:

Adelmo Genro Filho costumava explicar a necessidade de adotar o centralismo democrático com uma imagem didática. Trata-se de imaginar um grupo de pessoas que encontra uma grande pedra impedindo que sigam seu caminho. Se cada pessoa empurrar a pedra para um lado diferente, não vão conseguir movê-la. Será preciso que entrem num acordo, primeiro. Discutam e decidam com que força, ferramentas e em que direção o obstáculo deve ser afastado. Só depois disso devem, todas, iniciar a ação. Se ela provar errada, voltam a discutir e fazem nova tentativa (DOMINGUES, 2005, p. 1).

Dentro deste contexto, Lênin vai tratar dos camponeses no interior do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia:

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, na há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto, de

desigual relacionamento entre as forças de produção e as relações sociais que se pode compreender a existência camponesa (FABRINI, 2002, p. 79).

Esta desigual relação entre as forças produtivas da sociedade fez com que Lênin se referisse ao campesinato como uma “massa reacionária, apoiada em formas arcaicas e patriarcais de vida, na verdade a principal fortaleza do absolutismo” (ABRAMOVAY, 1998, p. 39). Esta massa “disforme” precisava, então, de uma direção que a fizesse alcançar uma organização política, pois o atraso russo era, segundo os leninistas, não somente econômico, mas, sobretudo, político. O MST compartilha com esta visão de Lênin de que o campesinato no Brasil precisa de uma direção e uma organização, pois não é organizado politicamente e, portanto, é atrasado. Neste sentido, o movimento lançou a Cartilha nº 4, chamada “Trabalho de Base”, na qual este trabalho se define “como um jeito de fazer política onde o militante coloca sua alma. É uma paixão carregada de indignação contra qualquer injustiça e cheia de ternura por todos que se dispõem a construir um mundo sem a marca da dominação” (MST, 1999<sup>a</sup>, p. 22).

O objetivo político de Lênin enquanto dirigente da ala majoritária (Bolcheviques) do Partido Operário Social Democrata Russo (P.O.S.D.R) era de realizar um trabalho em torno dos camponeses pobres que, mesmo possuindo terra, vendiam também sua força de trabalho, fazendo parte, portanto, e objetivamente, do proletariado. De acordo com Abramovay (1998, p. 42), o que Lênin queria mostrar era “que o peso imenso das pequenas propriedades mostrava, era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver”. Segundo Abramovay, este ponto de vista de Lênin acabou criando um verdadeiro paradigma marxista no estudo da questão agrária: “o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista” (Idem, p. 42).

A ideia da diferenciação social de Lênin estava centrada na polarização rápida do meio rural russo representada pelos camponeses pobres e sem terra obrigados a vender sua força de trabalho em determinadas épocas do ano e pelos capitalistas rurais. Este debate iria influenciar diversos teóricos marxistas, como se este pensamento fosse uma verdadeira lei da natureza (SHANIN, 1980).

Agora, em que medida isto se tornou realidade para o cenário atual, contemporâneo? Será que a ideia da eliminação do camponês via transformação capitalista da agricultura tornou-se realidade? Sem dúvida, diz Shanin (1980), que a “diferenciação” exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa. As argumentações teóricas e fatuais em seu favor são válidas. Mas, sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é.

Concordamos com o mesmo autor quando diz que, à luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. Neste sentido, pergunta Shanin (1980): o que significa tudo isso, em termos da suposição da transformação capitalista da agricultura camponesa? E responde:

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky (SHANIN, 1980, p. 58).

Nesta explicação, Shanin cita o exemplo do Brasil, onde, como país capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto do número dos camponeses, isto é, uma real recampesinização. Por isso, segundo ele, e obviamente “eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e

---

<sup>6</sup> O principal escrito de Lênin que reverencia este esforço de explicação sobre a “diferenciação social dos produtores” está presente na obra clássica *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, publicada em 1899.

funcionários, que quebram a cabeça em torno da questão de seu não desaparecimento” (SHANIN, 1980, p. 58).

Sendo assim, ao quebrar o Estado Burguês (objetivo nº 1 de Lênin), com a revolução de outubro de 1917 na Rússia, e após a tomada do poder pelos operários, Lênin dirigiu a abertura do II Congresso dos Sovietes. Neste congresso, Lênin anunciou as primeiras medidas revolucionárias, conforme um programa elaborado anteriormente. Entre estas medidas estava o Decreto da Terra, que abolia imediatamente a propriedade privada e sem indenização. De acordo com Reed (1967), este decreto prescrevia que

Todos os domínios dos latifúndios e todas as terras pertencentes ao czar, aos mosteiros, às igrejas, com o gado e os cultivos agrícolas, prédios e outras dependências são postos à disposição dos Comitês da Terra locais e dos soviets distritais de deputados camponeses do distrito, até a reunião da assembleia constituinte. Qualquer dano causado à propriedade confiscada, que doravante pertence a todo povo é considerado como um crime grave, punível pelos tribunais revolucionários. Os soviets distritais de deputados camponeses do distrito tomarão as medidas necessárias para a observância da ordem mais estrita, na ocasião da transferência das propriedades agrárias, da determinação das dimensões das parcelas de terreno e de quais ficam sujeitas a confiscação, para a elaboração do inventário de toda a propriedade confiscada e para proteção revolucionária mais severa das explorações agrícolas, dos prédios, das benfeitorias, do gado, das provisões, etc. que passam para as mãos do povo etc. Para servir de guia na aplicação das grandes reformas agrárias, até a resolução final da Assembleia Constituinte deverá cumprir-se as instruções camponesas, que vão anexo, elaboradas de acordo com os 242 regulamentos dos camponeses locais. As terras dos camponeses e dos cossacos que prestam serviço no exército não serão confiscadas (REED, 1967, p. 45).

Para Lênin, a economia familiar do camponês era sinônimo de atraso e, por isso, era necessário extirpá-la, pois dizia que, enquanto houvesse pequenos camponeses, haveria na Rússia sempre a possibilidade sólida de retorno ao capitalismo. O que a história mostrou foi que a coletivização forçada nos campos da Rússia significou a eliminação física de camponeses na justificativa de que era para o bem do povo.

A resistência camponesa foi constante: matavam seu gado, inutilizavam suas ferramentas, rebelavam-se contra a ocupação das terras e contra a coletivização forçada. Esta, sim, foi realizada numa atmosfera de intimidação, violência e execuções. As perdas humanas foram consideráveis e aproximadamente 13 milhões de pessoas foram deportadas. A propriedade privada sobre a terra foi definitivamente abolida. Qualquer resistência era entendida como atitude contra-revolucionária (MARQUES; OSTERMANN, 2000, p. 43).

Segundo Gomes<sup>7</sup> (1999), Lênin, depois de divulgar o Decreto da Terra, procurou explicar que a questão da divisão da terra não seria feita como anteriormente, sem a participação do povo, mas, ao contrário, a divisão, seria decidida no próprio local, onde o tamanho dos lotes variaria de acordo com cada localidade e com a necessidade das famílias de camponeses.

Desta forma, de acordo com Hill (1967), Lênin afirmava no Decreto da Terra que as classes não se satisfazem com trapos de papel, mas com bens materiais. Na verdade, Lênin lançava a defesa da liberdade de comércio para o pequeno produtor e da produção de bens de consumo das cidades para serem trocados por produtos agrícolas. Antes de tudo, pensava Lênin,

[...] o camponês deveria sentir-se garantido contra vendas compulsórias e requisições arbitrárias, ficando assim animado para desenvolver sua fazenda. Depois de pagar imposto

---

<sup>7</sup> O livro deste autor foi publicado pela editora Expressão Popular, editora que publica todos os livros do MST. O título do livro é *Lênin e a Revolução Russa*, sendo que o mesmo é leitura “obrigatória” para todos os militantes do MST.

proporcional, em espécie, o camponês deveria ter liberdade para vender o resto da sua produção a quem quisesse e onde achasse melhor. (HILL, 1967, p. 147-148).

Nesse sentido, questiona-se por que a questão agrária era tão importante na Rússia dos tempos pré-revolucionários de 1917? Porque exatamente a Rússia contava com uma população rural em torno de 80% da população total do país. Por isso, para os revolucionários da época, principalmente Lênin, “marxista ferrenho”, a cooperação na agricultura vai ser outro ponto fundamental para impulsionar a economia russa. Segundo Gomes (1999, p. 198), “A passagem do trabalho individual para o trabalho coletivo significaria a liquidação da diferença entre os tipos da base econômica de desenvolvimento na cidade e no campo. Para fazer esta aproximação era necessário desenvolver tecnologias adequadas”.

Ainda conforme Gomes (1999, p. 198), “em 1916 escreveu Lênin: todas as nações chegarão ao socialismo, isto é inevitável; mas nem todas chegarão exatamente do mesmo modo, cada uma delas trará a sua originalidade [...]”. Isto obedecia a um plano de desenvolvimento do socialismo que destacava o poder do proletariado com base em três tarefas fundamentais: “primeira, criação de uma poderosa indústria socialista; segunda, passagem gradual das economias camponesas para uma grande economia socializada baseada na técnica mecanizada moderna; terceira, a realização da revolução cultural no país” (Ibid., p. 199).

A cooperação, além de ser gradual, era de fundamental importância política para a sustentação da ditadura do proletariado. Mas, não se poderia esquecer que esta deveria proporcionar vantagens econômicas e sociais para os camponeses para que eles se sentissem atraídos pelo sistema de cooperação. O Estado, por sua vez, deveria entrar com o suporte econômico. De acordo com Golikov (apud GOMES, 1999, p. 199), “é necessário organizar, conceder à cooperação meios do Estado que ultrapassem, ainda que pouco, os meios concedidos às empresas privadas, mesmo até ao nível dos concedidos à indústria pesada etc.”.

Para Lênin, a tarefa dos revolucionários era fazer romper o enorme apego que o camponês tem em relação à propriedade privada da terra. Para isto acontecer, o desenvolvimento da cooperação seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses. A cooperação, portanto, atrairia os camponeses porque lhes daria uma sensível vantagem material, facilitando a venda e a compra de produtos e proporcionando créditos em condições mais vantajosas:

A cooperação é boa e aceitável para os camponeses trabalhadores por lhes ser acessível e compreensível, por ter como base a combinação dos seus interesses pessoais com os interesses do Estado Socialista e por trazer uma vantagem econômica direta. É necessário estimular os camponeses com fatos, para que se agrupem em cooperativas. Dizia Lênin: ‘apesar de toda importância que se dá à agitação e à propaganda, na se pode esperar que o pequeno proprietário (o camponês), adirá ao socialismo só pela persuasão. Os camponeses devem convencer-se, na prática, de que a sua organização em cooperativas lhes é vantajosa economicamente e que os métodos coletivos de direção da economia têm vantagens ponderáveis e indiscutíveis’. (GOLIKOV, apud por GOMES, 1999, p. 200).

Como estrategista que era, Lênin compreendia que não era possível convencer de imediato os camponeses a irem para a cooperação. Dever-se-ia começar pelas formas de cooperação mais simples, principalmente na esfera das cooperativas de circulação de mercadorias e de créditos e, posteriormente, avançar para as cooperativas de produção – no caso do MST, a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) – onde a terra e os meios de produção são totalmente de cunho coletivo.

Para chegar a tal ponto da coletivização total, Lênin notava que o atraso cultural dos camponeses era um limitador para o avanço da cooperação. Por isso, construir o socialismo, para ele, significava elevar a cultura e a civilização das massas populares. Para Lênin, a cooperação e a revolução cultural eram inseparáveis, e o atraso cultural era consequência do burocratismo do Estado anterior.

Entre nós, as raízes econômicas do burocratismo são diferentes: o fracionamento, a dispersão do pequeno produtor, sua miséria, sua falta de cultura, a falta de comunicações, o

analfabetismo, a falta de intercâmbio entre a agricultura e a indústria, a falta de ligação e interação entre elas... este é o preço que a classe operária deve pagar para libertar os camponeses deste atraso cultural (LENINE, 1980, p. 659).

Enfim, a grande preocupação de Lênin com os camponeses estava ligada com a dispersão entre esses, pois, quando se desuniam, se aliavam economicamente e politicamente à burguesia. Sendo assim, tornavam-se inimigos dos anseios da classe operária revolucionária.

De acordo com Sherer-Warren (1984), Lênin é criticado pelo viés autoritário com que tratou da organização que decorria de uma super valorização da vanguarda. A estes ataques, Lênin responde que as democracias burguesas têm iludido o povo com slogans de liberdade e igualdade. Enfim, diz a autora, se, por um lado, Lênin defende a necessidade da organização e da vanguarda para dar direção ao movimento da transformação social, por outro, concebe como o verdadeiro produto da revolução o homem que se transforma com sua participação no processo revolucionário, dando origem a um novo homem – o socialista, o comunista. Em suma, completa Sherer-Warren, a revolução política só será vitoriosa para Lênin se for acompanhada por uma revolução cultural.

### **3 A atualidade do legado Humanista de Che Guevara para o MST**

A revolução cubana tomou Marx onde este deixa a ciência para empunhar o fuzil revolucionário.

Che Guevara

Do nosso ponto de vista, o maior legado revolucionário emprestado ao MST como norteador maior, depois de Marx e Lênin para a revolução, encontra-se no exemplo de vida e na dedicação à causa do povo deixado por Ernesto Guevara La Sierna, mais conhecido mundialmente como Che Guevara. “Se quisermos uma referência de um militante ou dirigente, sem dúvida, devemos olhar para Che. Ele é um exemplo de superação dos próprios limites. E o fez não por vaidade pessoal ou por inconsequente heroísmo, mas por um profundo amor à humanidade” (MST, 2005b, p. 5).

Em 1997, no 30º aniversário do assassinato de Ernesto Guevara de La Sierna, o MST lançou uma cartilha especial em homenagem a este pensador, ativista e defensor do proletariado. Para o MST (1997, p. 7), “Che representa a síntese de um período histórico revolucionário de nosso continente. Suas ideias, seus ideais, sua prática, formaram a simbologia dos sentimentos e da prática de todo um movimento revolucionário, de várias organizações populares”. Esta expressão do significado de Che Guevara para o MST pode ser vista como a encarnação de um revolucionário perfeito que viveu intensamente, de forma coerente e cotidianamente, tudo o que pensava.

Entre os legados mais importantes deste revolucionário argentino está o Humanismo, que coloca o homem como o objetivo principal. Para Stédile (2001) o humanismo de Che Guevara e sua contribuição ao movimento podem ser assim resumidos:

A luta, o partido, a guerrilha, sempre são interpretados por Che como meios. O fim é alcançar uma sociedade de homens livres e fraternos. É por isso que, mesmo depois de tomado o poder, no caso de Cuba, continuava uma luta incessante pela construção de uma sociedade diferente. O humanismo guevariano aprofunda-se nos ideais de Marx e recupera a visão mais generosa do objetivo principal de uma revolução social. Ao contrário da prática de alguns partidos de esquerda, que transformaram a conquista do poder, o controle do Estado e o fortalecimento de sua organização num fim em si (STÉDILE, 2001, p. 13).

O Humanismo de Che Guevara é assimilado pelo movimento na forma do exemplo individual da transformação de uma pessoa num verdadeiro revolucionário e no profundo sentimento de amor aos seus semelhantes. A frase mais usada nas camisas dos militantes do MST revela isso: “Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamas”.

Mas, não é só isso que o movimento busca na trajetória de vida de Che Guevara. Os jeitos, os estereótipos da barba, do cabelo, da boina etc. são também assimilados pelos militantes mais orgânicos do MST e servem para representar o tipo ideal físico do revolucionário do movimento.

Para Löwy (2002), Guevara foi frequentemente comparado, e com razão, aos grandes revolucionários românticos do século XIX. Contudo, diz o autor, seria um erro acreditar que Che é um homem do passado, vestígio de outra época, um anarquista na era dos computadores. Muito pelo contrário, “é o profeta vingador das revoluções futuras, revoluções dos “condenados da terra”, dos famintos, dos oprimidos, dos explorados e dos humilhados dos três continentes dominados pelo imperialismo.” (LÖWY, 2002, p. 149).

Che Guevara, como diria Löwy (2002), é o profeta armado da guerra revolucionária contra a oligarquia e os imperialistas, cujas obras sobre a guerrilha são apaixonadamente estudadas e discutidas nos liceus, nas universidades, nas fábricas e nos campos e inspiram a ação dos militantes revolucionários. É o caso explícito do MST.

A sugestão da cartilha lançada pelo MST em comemoração à morte de Che Guevara, ocorrida em 8 de outubro de 1967 na Bolívia, sugere que se homenageie Che em todas as escolas do movimento e nas cooperativas, principalmente se utilizando a parte que trata do “legado de Che” para fazer a seguinte reflexão entre os militantes: “Como nós militantes do MST estamos seguindo o legado do Che. E em que precisamos melhorar?” (MST, 1997, p. 5).

Como dito anteriormente, o principal legado de Che Guevara ao MST é a sua expressão humanista, ou seja, a forma como encarava a problemática do homem na sociedade. Porém, outros legados também são importantes para o movimento, os quais, resumidamente, destacaram de acordo com o MST (1997, p. 18-23):

- 1) Rebelar-se contra qualquer injustiça social: Che defendia que a prática de toda pessoa que pretendesse ser revolucionário deveria ser a suficiente indignação para rebelar-se diante de qualquer injustiça social sentida contra qualquer ser humano em qualquer parte do mundo ou em qualquer circunstância;
- 2) O latino americanismo: a ideia da identidade latino-americana dos povos que habitam esse continente, apesar das diferenças culturais e étnicas, esteve presente no pensamento de Che. Sua ideia contribuiu para a compreensão de que as causas dos problemas sociais do povo nos diferentes países são as mesmas;
- 3) O espírito missionário: o espírito missionário presente no ideário de Che e na sua prática está baseado no sentimento da solidariedade, não da aventura. Contribuir para outras pessoas viverem melhor, sem jamais dar ordens, impor ou tirar algum proveito pessoal;
- 4) O espírito de sacrifício: a pior tarefa ou a pior missão sempre era assumida por Che para mostrar que o espírito de sacrifício não era moralista, falso ou religioso;
- 5) O exemplo do trabalho: o legado de Che sobre o trabalho é de que “ninguém pode pedir para outro fazer alguma coisa, sem fazê-lo primeiro”;
- 6) O despojo dos bens materiais: Che tinha hábitos franciscanos e contrapunha-se ao apego a bens materiais pela necessidade de o homem ter acesso aos conhecimentos, aos bens culturais, à educação e a uma vida solidária e igualitária como base na felicidade;
- 7) A crença na força das massas: Che acreditava que só seria possível a vitória revolucionária, se conseguisse organizar um verdadeiro exército popular, de todo o povo;
- 8) A relação dirigentes x massas: defendia e praticava a necessária vinculação dos dirigentes com as massas. Teve uma prática antiburocrática, antigabinete, antivanguardista e antidirigista. Estar no meio do povo era o melhor caminho para errar menos;
- 9) A formação de quadros: defendia a ideia de que uma política de formação de quadros era vital para o processo revolucionário. Defendia que o quadro deveria ser altamente disciplinado, preparado tecnicamente e com amor ao estudo e aos conhecimentos científicos.

Estes são os legados da vida e da obra que Che Guevara, segundo o MST, deixou para todos os revolucionários que querem construir, a cada dia, a melhoria do seu trabalho, na prática militante, nos estudos e na convivência com os seus. Para Stédile (2001, p. 20), “a figura de Che está ainda tão

presente em nosso meio, fundamentalmente pelo legado que nos deixou”. De acordo com o líder maior do MST, acreditar no legado de Che não significa querer copiar estratégias ou táticas para a tomada do poder, utilizadas em Cuba ou na Bolívia. Cada país, cada povo, cada situação terá suas próprias estratégias e táticas, determinadas pelas condições objetivas, subjetivas e pela correlação de forças existentes. Então, para Stédile (2001, p. 20), acreditar em Che “é, sobretudo, alimentar permanentemente a possibilidade de fazermos a revolução. Fazer a revolução a cada dia. Pela nossa prática, pelo ânimo permanente da confiança em nossos ideais, e na certeza de que é possível derrotar os opressores e um dia construirmos uma sociedade mais justa e mais fraterna”.

Com relação à reforma agrária, Che Guevara tinha claro que nenhum governo era revolucionário se, antes, não tivesse feito a reforma agrária como primeira medida. Além disso, segundo o MST (1997), dizia Che:

Não se pode chamar revolucionário um governo que diga que vai fazer ou que faça uma reforma agrária vaga; revolucionário é o governo que faz uma reforma agrária mudando o regime de propriedade da terra, não apenas dando ao camponês a terra que sobra, mas, principalmente, dando ao camponês a que não sobra, a que está em poder dos latifundiários, e que é a melhor e a que rende mais e, além disso, a que foi roubada ao camponês em épocas passadas (MST, 1997, p. 11).

Deste modo, a reforma agrária assumia um papel muito importante também para Che Guevara na transformação da sociedade capitalista para a socialista. Para ele, é na reforma agrária que se deveriam começar todos os governos revolucionários, porque o resto dos processos, como a industrialização, viria a reboque desta, mas, nem por isso, seriam mais simples, e sim mais complexos, mas que dependem do primeiro.

Mais do que a importância da reforma agrária é o papel de despojamento da posse da terra que se deve empreender em torno do camponês. Segundo Che: “Quem ama a posse da terra é o que mais perfeitamente demonstra o que pode catalogar-se como espírito pequeno-burguês.” (MST, 2005b, p. 19). Desta forma, o camponês é visto como um ser pequeno-burguês que, depressa, deve aprender que não pode satisfazer o seu desejo de posse da terra sem quebrar o sistema da propriedade fundiária. Por isso, o percurso revolucionário deve ser, segundo Che, “através da união entre os operários e os camponeses, sendo que, os operários apoiam a reivindicação contra o latifúndio, mas, o camponês deve, beneficiado com a propriedade da terra, apoiar lealmente o poder revolucionário e o defender dos inimigos imperialistas e contra-revolucionários” (Ibid., 2005b, p. 19-20).

O legado de Che Guevara é tão importante para o MST que, novamente, em outubro de 2005, o movimento volta a lançar uma cartilha especial de comemoração aos 38 anos da morte deste revolucionário, sendo apresentada pela cubana Aleida Guevara March, filha do revolucionário. Nesta introdução à recente cartilha sobre Che, Aleida destaca alguns trechos – segundo ela, os mais importantes para a luta revolucionária – deixados por seu pai e que, para o MST, são vistos como crucialmente importantes na transformação da sociedade.

O destaque dado por Aleida Guevara e que o MST tem dado prioridade é a superação do indivíduo através da elevação do nível cultural. Neste sentido, o movimento tem dado muita ênfase na formação de militantes de nível universitário, com o intuito de formar quadros mais comprometidos ideologicamente com sua consciência, que deve caminhar sempre ligada “ao estudo dos fenômenos sociais e econômicos que dirigem esta época e a ação revolucionária” (MST, 2005b, p. 7). Segundo Aleida, “é necessário elevar-se o nível técnico da classe trabalhadora para que não seja usada ou enganosamente manipulada” (Ibid., p. 8). A ideia da elevação cultural dos revolucionários e dos trabalhadores está condicionada à formação de quadros que sejam capazes de levar à prática tudo do que se necessita para a tarefa de criar uma sociedade mais justa. Para quê? Por quê? Segundo Aleida, citando Che Guevara, estas razões são, simplesmente, porque “nós necessitamos elevar o nível cultural da classe trabalhadora para a partir daí, elevar seu nível técnico [...]”. E elevar o nível técnico é formar quadros:



Devemos dizer que um quadro é um indivíduo que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretrizes emanadas do poder central, tomá-las para si e transmiti-las como orientação à massa, percebendo, além disso, as manifestações que esta faça de seus desejos e suas motivações mais íntimas. É um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa que conhece e pratica o centralismo democrático e sabe valorizar as contradições existentes no método para aproveitar ao máximo suas múltiplas facetas; que na produção sabe praticar o princípio da discussão coletiva e decisão e responsabilidades únicas; cuja fidelidade está provada e cujo valor físico e moral foi evoluindo ao compasso de seu desenvolvimento ideológico, de tal maneira que está sempre disposto a enfrentar qualquer debate e a responder com sua vida pelo bom andamento da revolução. É um indivíduo com capacidade de análise própria, o que lhe permite tomar as decisões necessárias e praticar a iniciativa criadora de modo que não se choque com a disciplina (MST, 2005b, p. 9).

Neste entendimento empreendedor da elevação cultural dos militantes, a real capacidade de um revolucionário mede-se pelo saber encontrar táticas revolucionárias adequadas em cada mudança de situação, em ter presente todas as táticas e em explorá-las ao máximo. Por isso, o MST resgata de Che Guevara a ideia dos possíveis proveitos que um movimento deve tirar de um processo eleitoral. Citando Che, segundo o MST, “seria um erro imperdoável subestimar o proveito que o programa revolucionário pode tirar de um dado processo eleitoral”. Mas, Che adverte:

Seria também imperdoável limitar-se apenas ao eleitoral e não ver os outros meios de luta, inclusive a luta armada para conquistar o poder que é o instrumento indispensável para aplicar e desenvolver o programa revolucionário, porque, se não se alcança o poder, todas as demais conquistas são instáveis, insuficientes, incapazes de dar soluções necessárias, por mais avançadas que possam parecer (MST, 2005b, p. 23).

No entanto, nada disso tem eficácia se não existir a organização. Em seu legado, Guevara ressalta o papel da organização como a chave que permite agarrar as iniciativas lançadas pelos líderes da revolução. “Se não existir a organização, as ideias, depois do primeiro momento de impulso, vão perdendo a eficácia, vão caindo na rotina, vão caindo no conformismo e acabam por ser apenas uma recordação” (MST, 2005b, p. 17).

## Considerações finais

Na leitura teórica que fizemos acima dos principais autores que influenciam o MST, consideramos que as ideias de Lênin se associam mais da formação de um partido do que propriamente de um movimento social. No entanto nos perguntamos: existiria alguma diferença em termos dos objetivos propostos pelo movimento pensarmos esse como movimento social ou partido político?

Acredito que não, pois vejo o MST como um estrategista que se cobre com um manto de movimento social para esconder a formação de um partido de organização de vanguarda como a forma mais propícia nos dias atuais para fazer valer, funcionar e defender-se dos inimigos.

Defendo que é uma discussão desnecessária ficar se interrogando se o MST é um movimento social ou um partido político. O que importa é entender sua organicidade, os seus objetivos, projetos para o futuro e o seu impacto concreto no caso da reforma agrária. Do mesmo modo, vejo a reforma agrária como uma tática usada para se organizar. Ou melhor, vejo a reforma agrária como um meio para atingir o fim maior, que é a revolução socialista. Mas, a partir da investigação que fizemos, uma coisa é certa para nós em grande parte dos documentos do MST: a cada dia que passa, o movimento aproxima-se mais de um partido em termos organizacionais do que, propriamente, de um movimento social, como demonstra a cartilha lançada recentemente sobre Che Guevara, na qual o papel do partido é ressaltado através da seguinte expressão do revolucionário argentino:

O partido é uma organização de vanguarda. Os melhores trabalhadores são propostos por seus companheiros para integrá-lo... Nossa aspiração é a de que o partido seja de massas, mas

isto quando as massas tiverem alcançado o nível de desenvolvimento da vanguarda, isto é, quando estiverem educadas para o comunismo... O partido é o exemplo vivo... (MST, 2005b, p. 17).

Em síntese, os legados revolucionários resgatados pelo MST dos diversos pensadores apresentados se traduzem nas posturas e condutas que os militantes devem desempenhar no dia a dia da organização, no exemplo que estes deram enquanto revolucionários que honravam o que escreviam e que mostravam isso de forma prática no cotidiano da vida.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas: Editora Hucitec & Editora da Unicamp, 1998.

ARCHETTI, Eduardo. **Campesinado y estructuras agrárias em América Latina**. Quito, Equador: CEPLAES, 1981.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

CASTRO, Anna M. de & DIAS, Edmundo. **Introdução ao pensamento sociológico**. Rio de Janeiro: Eldorado, 8. ed., 1981.

DOMINGUES, Sérgio. Centralismo democrático: entre a pedra e o caminho. **Revista Espaço Acadêmico**. nº 52. Set. 2005. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br/052/52domingues.htm](http://www.espacoacademico.com.br/052/52domingues.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 3. São Paulo: ALFA-ÔMEGA, 1985.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Revista Terra Livre**, ano 18, nº 19, p. 75-94, jul/dez. 2002.

GIANNOTTI, José Arthur. **Certa herança marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Oziel. **Lênin e a revolução no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

HILL, Christopher. **Lênin e a revolução russa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENINE, V. I. **Um passo em frente dois passos à retaguarda**. Santos: Editorial Estampa, 1975.

LENINE, V.I. Sobre a cooperação. In: **Obras escolhidas**. Tomo III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1986.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. In: **Revista Lutas Sociais**, n. 3, 2. Sem. 1997.

\_\_\_\_\_. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MALAGODI, Edgard. **Notas epistemológicas e metodológicas sobre a teoria dialética**. Campina Grande, 1993, mimeo.

MARQUES, Adhemar; OSTERMANN, Nilse. **Revolução russa: da construção à desconstrução da URSS**. Rio de Janeiro: Editora Lê, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **El porvenir de la comuna rural rusa**. México: Siglo XXI editores, 1980.

MARX, Karl. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: ALFA-ÔMEGA, 1985.

MST. **Che Guevara vive**. São Paulo: Anca, 1997.

\_\_\_\_\_. **O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária**. Caderno de Formação nº 31, janeiro de 1999.

\_\_\_\_\_. **Trabalho de base**. Cartilha n. 4, março de 1999a.

\_\_\_\_\_. **Método de trabalho e organização popular**. Setor de Formação do MST, São Paulo Fevereiro de 2005.

\_\_\_\_\_. **O legado de Che Guevara: jornada de solidariedade e de trabalho voluntário**. São Paulo: Maxprint, 2005b.

REED, John. **Os dez dias que abalaram o mundo**. Lisboa: Edições Avante, 1967.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SÉVE, Lucien. **O que era realmente o centralismo democrático leniniano**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/seve/1999/comecar/cap28.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

STÉDILE, João Pedro. **O legado de Che Guevara**. In: PÉREZ, Manolo M. **Che Guevara: contribuição ao pensamento revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

WANDERLEY, Nazareth. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX ANPOCS. Caxambu, 1996, (mimeo).